



# A DIFERENÇA QUE FAZ UMA GERAÇÃO: DIFERENTES PERCEPÇÕES GERACIONAIS EM MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

---

## Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

---

**Resumo:** O presente trabalho é fruto da experiência da parceria entre o Laboratório de Justiça Territorial (LabJuta) situado na Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Central dos Movimentos Populares (CMP). Com a indagação das lideranças da CMP de “onde estão os jovens hoje?”, nasce o Projeto de Extensão Territórios Populares Insurgentes, que coloca como questão a preocupação das lideranças históricas mais velhas da CMP de que os mesmos estão envelhecendo enquanto poucos jovens estão sendo formados como novos quadros. Partimos do pressuposto que mudanças no panorama geral urbano, bem como do cenário político, social e cultural, acarretam também em novas formulações dentro dos movimentos sociais. A pesquisa então busca abordar encontros e desencontros entre jovens e lideranças históricas mais velhas no que diz respeito às principais pautas mobilizadoras e formas de atuação dentro dos movimentos populares em busca de maior justiça socioespacial a fim de demonstrar que os jovens não estão desestimulados a se organizar socialmente e politicamente e que é possível pensar em abordagens que juntem as diferentes gerações em lutas de interesses comuns. Ao compreender que dentro de um universo juvenil específico é chegado o momento em que não dá mais para dissociar o corpo da luta social e que estes buscam abordagens que sejam ao mesmo tempo interseccionais (raça, gênero, classe e identidade LGBTQIAP+) e de disputa territorial, a pesquisa faz um esforço teórico de compreender suas principais pautas mobilizadoras em uma perspectiva territorial, fazendo uso das teorias recentes da Geografia de “corpo-território”.

**Palavras-chave:** juventude; movimentos sociais; territórios; diferenças geracionais.

## THE DIFFERENCE A GENERATION MAKES: DIFFERENT GENERATIONAL PERCEPTIONS IN SOCIAL MOVEMENTS ORGANIZED IN THE CITY OF SÃO PAULO

**Abstract:** This work is the result of a partnership between the Territorial Justice Laboratory (LabJuta) located at the Federal University of ABC (UFABC) and the Central dos Movimentos Populares (CMP). The Insurgent Popular Territories Extension Project was born from the question of the CMP leaders, "Where are the young people today?", which raises the concern of the oldest historical leaders of the CMP that they are aging while few young people are being trained as new cadres. We assume that changes in the general urban panorama, as well as in the political, social and cultural scenario, also result in new formulations within social movements. The research then seeks to address agreements and disagreements between young people and older historical leaders with regard to the main mobilizing agendas and forms of action within popular movements in search of greater socio-spatial justice in order to demonstrate that young people are not discouraged from organizing themselves socially and politically and that it is possible to think of approaches that bring together different generations in struggles for common interests. By understanding that within a specific youth universe, the time has come when it is no longer possible to dissociate the body from the social struggle and that they seek approaches that are at the same time intersectional (race, gender, class and LGBTQIAP+ identity) and territorial dispute, the research makes a theoretical effort to understand its main mobilizing agendas from a territorial perspective, making use of recent theories of "body-territory" Geography.

**Keywords:** youth; social movements; territories; generational differences.

---

## LA DIFERENCIA QUE HACE UNA GENERACIÓN: DIFERENTES PERCEPCIONES GENERACIONALES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES ORGANIZADOS EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO

**Resumen:** Este trabajo es resultado de la experiencia de la colaboración entre el Laboratorio de Justicia Territorial (LabJuta) ubicado en la Universidad Federal del ABC (UFABC) y la Central de los Movimientos Populares (CMP). Con la pregunta de los dirigentes del CMP "¿dónde están los jóvenes hoy?", nació el Proyecto de Extensión de Territorios Populares Insurgentes, que plantea como interrogante la preocupación de los dirigentes históricos más antiguos del CMP de que están envejeciendo mientras pocos jóvenes se están formando nuevos cuadros. Suponemos que los cambios en el panorama urbano general, así como en el escenario político, social y cultural, también resultan en nuevas formulaciones dentro de los movimientos sociales. Luego, la investigación busca abordar encuentros y desacuerdos entre jóvenes y líderes históricos mayores con respecto a las principales agendas movilizadoras y formas de acción dentro de los movimientos populares en busca de una mayor justicia socioespacial para demostrar que los jóvenes no se desalientan a organizarse social y políticamente y que es posible pensar en enfoques que reúnan a diferentes generaciones en luchas por intereses comunes. Al entender que dentro de un universo juvenil específico ha llegado el momento en que ya no es posible disociar el cuerpo de la lucha social y que se buscan abordajes que sean a la vez interseccionales (raza, género, clase e identidad LGBTQIAP+) y territoriales. disputa, la investigación hace un esfuerzo teórico por comprender sus principales agendas movilizadoras desde una perspectiva territorial, haciendo uso de las recientes teorías "cuerpo-territorio" en Geografía.

**Palabras clave:** juventud; movimientos sociales; territorios; diferencias generacionales.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da experiência da parceria entre o Laboratório de Justiça Territorial (LabJuta) situado na Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Central dos Movimentos Populares (CMP) realizada a partir de um projeto de extensão universitária e que desdobrou-se em uma pesquisa de Mestrado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

A CMP é a articulação de movimentos populares urbanos fundada em 1993, resultado de uma história de lutas populares, principalmente das lutas sociais dos anos 1980 em defesa da reforma urbana e de um projeto democrático popular no país. Está presente em 19 estados em forma de movimentos populares de moradia, saúde, negros e negras, mulheres, juventude, economia solidária e direito de crianças e adolescentes. Enquanto central de movimentos, a CMP objetiva articular movimentos populares urbanos nas lutas comuns colocando como objetivo superar possíveis fragmentações existentes entre si. Buscando construir lutas comuns, os principais eixos de atuação da central é a defesa de políticas públicas com participação popular que visem a redução das desigualdades sociais, miséria e fome, disputar hegemonia na sociedade com horizonte de construção de uma sociedade justa e democrática.

O Projeto de Extensão Territórios Populares Insurgentes nasce a partir de uma de uma questão levantada por lideranças históricas mais velhas da CMP de que os mesmos estão envelhecendo enquanto poucos jovens estão sendo formados como novos quadros. Sediado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC, ocorreu ao longo dos anos de 2020 e 2021, viabilizado financeiramente por uma Emenda Parlamentar. Teve como foco a participação de jovens indicados pelas lideranças do movimento.

O Projeto de Extensão Territórios Populares Insurgentes passa então a ser o nosso ponto de partida empírico, no qual iremos trazer reflexões sobre o espectro juvenil a partir da experiência e contato com os jovens. A interação com os jovens nos auxiliou a esboçar quais as principais pautas que mobilizam esses jovens hoje, bem como a forma em que se organizam socialmente dentro de movimentos populares e suas formas de reivindicação por maior justiça social. Tais reflexões serão abordadas no presente trabalho.

O trabalho será dividido em seis seções. A primeira irá descrever brevemente o Projeto de Extensão Territórios Populares Insurgentes.

A segunda seção irá aprofundar os aspectos levantados e desdobramentos de pesquisa a partir do ponto de partida empírico.

A terceira seção fará um esboço do universo juvenil abordado no projeto, trazendo reflexões a partir do campo empírico.

A quarta sessão descreve o contexto de formação das lideranças históricas mais velhas.

A quinta seção aprofunda os encontros e desencontros de jovens e lideranças mais velhas a partir das narrativas encontradas no campo empírico.

A sexta seção trata das considerações finais do trabalho.

## **O PROJETO DE EXTENSÃO TERRITÓRIOS POPULARES INSURGENTES**

Apresentado em 2019 e executado no ano de 2020 (com posterior extensão, em 2021) teve como objetivo proposto trazer uma contribuição com a formação técnica, cidadã e sociopolítica de jovens universitários da UFABC e de comunidades populares focando na leitura do território e compreensão de práticas de planejamento e ações de qualificação urbana. A proposta contava com oficinas presenciais para compartilhar conhecimentos, ferramentas e vivências territoriais diversas, conforme a experiência de cada participante. Por conta da pandemia da covid-19 tornaram-se necessárias ações sanitárias de distanciamento social a partir do mês de março de 2020, situação que se prolongou durante os anos de 2020 e 2021. Com esse contexto, o projeto foi readequado para que fosse possível a sua realização no formato *online*.

Dadas as circunstâncias, o projeto passou a focar em jovens já atuantes em movimentos sociais com o intuito de realizar uma “formação de formadores”. O objetivo do projeto era que, ao final da realização, os participantes a partir das trocas nas oficinas pudessem elaborar um plano de ação para seus territórios e que se tornassem multiplicadores de ideias e experiências vividas entre a juventude e moradores presentes em suas realidades.

Se propondo à temática de “Territórios Insurgentes”, a abordagem do projeto foi de suplantar o formalismo do planejamento como é mais comumente realizado dando espaço para práticas que potencializam o espaço e a realidade concreta de cada território e que são realizadas além da intervenção do Estado (não desconsiderando aqui a importância do poder público para projetos de melhorias da cidade para maior justiça socioespacial).

A sessão será dividida em duas subseções de forma a organizar o projeto em suas duas versões, de 2020 e 2021, e terá um caráter mais descritivo, de forma a mostrar resumidamente em uma linha do tempo a experiência do projeto.

### **PROJETO TERRITÓRIOS POPULARES INSURGENTES I, ANO DE 2020**

O grupo de jovens participantes do projeto no ano de 2020 era majoritariamente moradores do centro da cidade de São Paulo que fazem parte de movimentos de luta por moradia, como a Frente de Luta por Moradia (FLM) e o Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) e da região da zona sul, que participam de ações do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) Interlagos, do Circo Escola Grajaú e do Grupo de Escoteiros Almirante Tamandaré. O objetivo foi de confrontar as diferentes realidades territoriais a fim de realizar troca de experiências e

estabelecer e fortalecer redes para ampliar o conhecimento dos territórios populares de todos os envolvidos.

Além dos jovens ligados às organizações da CMP, o Projeto contou com bolsas para integrar estudantes da graduação da UFABC. Foram disponibilizadas e preenchidas quatro vagas de jovens estudantes para compor o projeto. Assim, a universidade também era posta como um Território para além dos territórios Centro e Zona Sul.

Os jovens presentes que representavam o grupo da Zona Sul, em sua maioria, estavam ligados ao Grupo Circo Escola Grajaú, espaço destinado a jovens e crianças entre 6 e 17 anos de idade que promove oficinas gratuitas voltadas para atividades culturais. Assim, o grupo era majoritariamente formado por jovens entre 15 e 17 anos de idade, além dos educadores que prestavam serviço no Circo. Os educadores englobavam a faixa entre 25 e 35 anos. Além do Grupo Circo Escola, também representando jovens da Zona Sul, havia o Grupo dos Escoteiros, englobando jovens também da faixa etária entre 15 e 17 anos, além das lideranças entre 25 e 35 anos. A Zona Sul era representada por gêneros tanto identificados como masculino quanto feminino.

Os jovens representantes do Território Centro apresentavam um perfil etário um pouco diferente, englobando as idades entre 27 e 30 anos, além das lideranças com idade acima de 50 anos. As participantes eram majoritariamente mulheres. Embora houvesse participação de perfil masculino, esses tiveram a presença mais flutuante, uma vez que a maioria estava em horário de trabalho ou em locomoção, mesmo estando em um período crítico da pandemia. O grupo do Centro era formado por jovens que se organizavam em frentes de luta por moradia da FLM e Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC).

Por se tratar de encontros no formato de oficina realizados de forma remota, não foi possível captar em sua totalidade a autodeclaração racial e de gênero dos participantes. Mas, a partir de análise, é possível afirmarmos que era um grupo composto por mulheres na maioria e a de raça equilibrada entre jovens negros (pretos e pardos) e brancos.

O início do processo do projeto contou com dinâmicas de encontros de apresentação dos participantes fazendo uso de perguntas disparadoras como “quais são as potencialidades e vulnerabilidades de seu território”, bem como “o que é ser uma liderança jovem hoje?”.

Após as apresentações, os encontros subsequentes foram de apresentação dos territórios da UFABC, da Zona Sul, da CMP e do Centro respectivamente. A proposta era a de que a cada encontro os grupos conseguissem transmitir um pouco da realidade de seu contexto socioespacial. A ideia era que os jovens pudessem refletir sobre as potencialidades de seus territórios, bem como levantar questões de ausências, trazendo assim uma reflexão do contexto vivido por eles que gera ao longo do tempo a sua formação enquanto ator político. Também foi a partir desse encontro que foi possível fazer análises comparativas entre os contextos postos das cidades modernas de centro-periferia, além da possibilidade de intercâmbio de saberes entre as diferentes regiões da cidade de São Paulo. Para que fosse

possível se realizar o intercâmbio entre territórios, os encontros de apresentação desses foram realizados em grupos divididos por alunos e professores da UFABC apresentando a universidade e suas políticas públicas; o grupo de jovens moradores do centro apresentando os principais pontos da região e as ocupações nas quais habitam; os jovens da Zona Sul apresentando os principais locais que frequentam e os seus trabalhos realizados dentro do CEDECA, do Circo Escola e do Grupo dos Escoteiros e, por fim, as lideranças da CMP apresentando a organização. As leituras dos territórios trouxeram aspectos sociodemográficos, culturais, questões ambientais e coletivos atuantes que impactam o dia a dia dos participantes. Dessa forma, foi possível compartilhar os elementos de identificação territorial que fazem parte do cotidiano e da formação da identidade do grupo.

Após a etapa de reconhecimento e compartilhamento dos saberes dos territórios, o desenrolar do projeto focou na possibilidade dos jovens criarem projetos pontuais de intervenção territorial conforme seus contextos. Para tanto, foram realizados dois encontros nos quais foi possível um diálogo sobre as pautas que tinham mais interesse em abordar. Para auxiliar no processo, foi desenvolvido um formulário pelos pesquisadores da UFABC como a etapa do processo em que iria auxiliar na síntese das principais pautas mobilizadoras dos jovens e a forma como eles gostariam de se engajar. A ideia nesse momento era que os jovens pudessem escrever de forma livre propostas de intervenção nas quais eles seriam os engajadores principais dos temas. As perguntas do formulário visavam auxiliar os jovens a entender quais as principais pautas que eles gostariam de abordar em um projeto de intervenção territorial, qual o público que seria o alvo do projeto, a forma de intervenção a ser feita, bem como refletir sobre o tempo e o resultado esperado do projeto.

Com o resultado dos formulários, foi decidido conjuntamente aprofundar os temas a partir da criação de Grupos de Trabalho. Foram criados dois grupos: Comunicação Social, a partir do interesse em difusão de direitos e saberes nos territórios; e Geração de Renda, com foco na promoção da autonomia, empreendedorismo e empoderamento dos indivíduos.

Após a discussão dos dois grupos foram realizadas três oficinas de extensão com base nos diálogos e anseios dos jovens por aprofundar determinados temas e que visavam auxiliar na formação jovem sobre questões nas quais eles demonstraram maior interesse: Cartografia Social; Comunicação Popular; e Mulheres, Renda e Meio Ambiente. Todas as oficinas foram organizadas pelos jovens estudantes da graduação da UFABC que compunham a equipe do projeto e coletivos convidados para auxiliar no aprofundamento dos temas.

Ao final das três oficinas, foi realizado um encerramento em que fizemos um resgate de todas as atividades realizadas ao longo do ano com apresentação de vídeos que resumiram todo o processo.

Devido à pandemia causada pelo vírus da COVID-19, o Projeto Territórios Populares Insurgentes teve que se adequar ao modelo remoto e, para conseguir acolher da melhor forma possível o escopo do Projeto, tomou-se a decisão de que iriam focar em apenas dois territórios da cidade de São Paulo. Por isso, no início do processo, as lideranças da CMP junto

à UFABC optaram por fechar o projeto com jovens organizados em movimentos da CMP na região central da cidade e da região Sul. Com a (falsa) promessa de melhoria da crise sanitária, a CMP junto com a UFABC decidiram que fazer uma segunda etapa do projeto no ano de 2021 traria a oportunidade de ampliar os territórios que não foram incluídos na primeira versão do Projeto. Assim, surge o Projeto Territórios Populares Insurgentes II, que ocorreu no ano de 2021 e será detalhado a seguir.

## PROJETO TERRITÓRIOS POPULARES INSURGENTES II, ANO DE 2021

Com uma perspectiva de melhora da crise sanitária da COVID-19, a continuidade do projeto foi deslumbrada, dessa vez buscando fazer de forma presencial e, para além disso, aumentar a rede para que outros jovens, de outros contextos territoriais para além do Centro e da Zona Sul pudessem participar. Em comum acordo com a CMP e o LabJuta da UFABC articulou-se assim, o Projeto Territórios Populares Insurgentes II, que ocorreu ao longo do ano de 2021 como uma continuidade daquilo que já tinha sido trabalhado ao longo do ano de 2020 e com a perspectiva de ampliar ainda mais os horizontes. Infelizmente, a pandemia seguiu presente no cotidiano dos brasileiros, impedindo que o formato presencial pudesse ser implementado de forma completa. Sendo assim, o projeto manteve a ideia de ampliar o grupo de jovens, mas apenas nos dois últimos encontros, que ocorreram em dezembro de 2021 é que foi possível realizar atividades presenciais.

A segunda etapa do projeto, realizada no ano de 2021, ampliou o alcance territorial, trazendo jovens de diferentes partes da Região Metropolitana de São Paulo, como São Bernardo do Campo, Osasco, regiões Oeste, Leste, além das já englobadas no projeto do ano de 2020, Centro e Zona Sul da cidade de São Paulo. O objetivo do projeto de pesquisa e extensão realizado em 2021 seguiu o mesmo do ano anterior. A partir de uma reunião realizada em março de 2021 entre os organizadores do projeto e os possíveis coletivos e movimentos populares participantes, definiram-se algumas pautas norteadoras para os encontros, envolvendo o aprofundamento da leitura crítica dos territórios, educação popular, metodologias participativas em um contexto de acirramento das disputas e confrontos nos territórios, conservadorismo e resistências que tangem as pautas de gênero, raça e sexualidade, a cartografia social como forma de leitura crítica dos territórios e a comunicação popular.

O processo da segunda etapa do Projeto de Extensão Territórios Populares Insurgentes começou com uma reunião *online* com as lideranças da CMP contando com possíveis movimentos que trariam os jovens interessados em participar do projeto. A organização contou com a participação de representantes do gabinete da vereadora Juliana Cardoso, do Partido dos Trabalhadores (PT), do coletivo LGBT Laura Vermont, do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CEDHEP), da União dos Movimentos de Moradia (UMM), do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) Interlagos, do coletivo LGBTI Família Seth e do Movimento Sem Terra de Luta (MSTL). A ideia da reunião era levantar relatos das lideranças sobre suas percepções em relação à juventude a partir da

experiência desses indivíduos em seus territórios. A pergunta norteadora de “onde está a juventude hoje?” presente durante todo o processo do primeiro ano do Projeto seguiu sendo a principal questão das lideranças mais velhas – que enxergam um envelhecimento das atuais lideranças e pouco engajamento jovem para ocupar o lugar deles no momento em que eles tiverem que se distanciar da militância. O grupo era diverso, justamente pela tentativa dessa nova etapa do Projeto de Extensão em ampliar os territórios e os participantes jovens. Assim, usou-se como estratégia uma chamada ampla dentro de todos os grupos envolvidos com a CMP em busca de interessados em participar das atividades futuramente propostas.

Após essa primeira reunião com as lideranças, iniciou-se um processo de planejamento dos futuros encontros que iriam ser realizados junto aos jovens e lideranças, fazendo uso da estratégia de chamada ampla, em que qualquer jovem de qualquer região poderia ser mobilizado para participar. A proposta inicial seria de encontros *online* a cada quinze dias, no qual, no primeiro encontro, seria feito uma apresentação de retomada do Projeto Territórios Populares Insurgentes I, realizado no ano de 2020, para que as questões já levantadas pelos jovens e as oficinas ministradas fossem aproveitadas para a nova formação. Os eixos estruturantes do projeto passavam pelos objetivos de organizar a juventude para trabalho de base lidando com o tema do conservadorismo; formação política; olhar crítico para a cidade e o território fazendo uso de ferramentas como cartografia, comunicação e educação popular; trabalhar pautas de gênero, geração de renda e racismo estrutural; e abordar questões de diferenças geracionais de forma a motivar o protagonismo juvenil.

O primeiro encontro realizado contou com aproximadamente 30 participantes de diversas regiões, faixas etárias e movimentos como as ocupações do Centro, Ocupação São Francisco MSTC, Ocupação 9 de julho, Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (ULCM), FLM e a juventude dos movimentos de moradia de São Paulo. Os territórios presentes foram: Brás, Ipiranga, Santo Amaro (Zona Sul), Jabaquara (Zona Sul), Campo Limpo (Zona Sul), Capão Redondo (Zona Sul), M. Boi Mirim (Zona Sul), Heliópolis (Sudeste), Pinheiros, Perdizes, Vila Mirante (Zona Norte), Ribeirão Pires, São Bernardo do Campo, Rio Grande da Serra, Suzano, Poá, Diadema, Itaquaquecetuba, Osasco, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Por se tratar de um encontro aberto ao público e que foi livremente divulgado nas redes sociais e grupos ligados a organizações de movimentos sociais, não apenas jovens e lideranças organizadas dentro da CMP participaram, mas também pesquisadores e pessoas interessadas no tema.

Após o primeiro encontro, três eixos foram criados para se pensar as propostas de intervenção nos territórios: educação popular, cartografia social e comunicação popular.

Com o passar dos encontros foi possível observar uma considerável redução na participação dos jovens, devido principalmente a um esgotamento das pessoas para encontros no formato *online* e indisponibilidade, uma vez que a partir de julho de 2021 a vacinação contra COVID-19 avançou na cidade de São Paulo e os indivíduos passaram a dar ênfase à necessidade de encontros presenciais. Além disso, outros projetos começaram a ser lançados pela própria CMP que envolviam jovens lideranças, o que levou alguns participantes a se desligar do

Projeto de Extensão. Dessa forma, o grupo de trabalho do projeto optou por propor dois encontros presenciais: o primeiro que ocorreu nos conjuntos Frei Tito e Nelson Mandela em São Bernardo do Campo e o segundo encontro na Ocupação 9 de Julho, espaço de luta do movimento por moradia MSTC, no centro de SP.

Os encontros presenciais ocorreram entre novembro e dezembro de 2021. As visitas incluíram um exercício de cartografia em mapas impressos da Região Metropolitana e do entorno de cada território, onde foi possível fazer um levantamento dos Territórios de Solidariedade: resistência, luta e assistência para quem sofreu intensamente durante a crise sanitária da COVID-19. O exercício teve como objetivo o reconhecimento do próprio território, para que fosse possível avaliar todas as potencialidades presentes no contexto daquelas pessoas. Em ambos os encontros também houve uma apresentação dos territórios, o que tornou possível a reflexão a partir da troca de diferentes contextos, vivências e lutas.

## **DESDOBRAMENTOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO PROJETO DE EXTENSÃO TERRITÓRIOS POPULARES INSURGENTES**

O Projeto de Extensão Territórios Populares Insurgentes que ocorreu ao longo dos anos de 2020 e 2021 é aqui tratado como um projeto de extensão e pesquisa ação que fez levantar questões de pesquisa que se desdobraram em uma dissertação de mestrado intitulada “A diferença que faz uma geração: Diferentes percepções geracionais em movimentos sociais organizados na cidade de São Paulo”, defendida pela presente autora no mês de novembro de 2024 dentro do Programa de Pós Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (UFABC). O projeto passa então a ser considerado um ponto de partida empírico, uma vez que já trouxe análises prévias do universo juvenil abordado.

Para além de um ponto de partida empírico – o Projeto de Extensão Territórios Populares Insurgentes – a pesquisa buscou articular um ponto de partida teórico, abordando autores que dialogam com as mudanças históricas dos movimentos sociais e do campo progressista. Encontramos em David Harvey (2014) e Nancy Fraser (2022) uma reflexão sobre o campo progressista de forma geral, dada principalmente por uma crítica em relação aos rumos dos movimentos progressistas em se dividirem no que Harvey (2014) colocou como pólos opostos do “corpo” e da “globalização” e Nancy Fraser (2022) articula como a principal crise pós-1989 (ou “pós-socialista”) a separação entre disputas de justiça ligadas à “redistribuição” e ao “reconhecimento”. Para trazer uma perspectiva histórica dentro do contexto brasileiro, utilizamos o resgate histórico dos movimentos sociais articulados por Maria da Gloria Gohn (2000; 2013; 2014; 2015) que também nos reafirma que na realidade dos movimentos sociais brasileiros passa a entrar em cena temas do corpo, a realidade feminina, religiões, cultura popular e a vida cotidiana como grande fonte de aprendizagem e atuação. Gohn (2014) ainda aponta como as análises que fundavam uma associação direta entre classes sociais e movimentos sociais, em que a classe operária era o sujeito chave das dinâmicas dos espaços

de disputa, passam a perder força na América Latina no novo milênio. No lugar, surgem diversos focos que contemplam raça, etnia, gênero, idade, entre outros que são privilegiados.

O Projeto de Extensão, enquanto campo empírico, nos auxiliou a notar que, de fato, existe uma intenção maior dos jovens em abordar temas ligados a pautas ditas identitárias, tendo a questão de classe mais diluída, bem como uma certa desconfiança e apatia em relação a processos institucionais ligados ao Estado. Além disso, também foi possível notar como os jovens hoje trazem uma valorização sobre sua experiência cotidiana territorial, aspecto esse que também notamos nas lideranças mais velhas. Não é de hoje que os movimentos sociais buscam pensar mudanças a partir da própria realidade territorial. Porém, talvez exista um aspecto importante que, ao longo dos anos, foi se tornando mais latente, que é como os indivíduos olham para si, para seu corpo, seu gênero, sua raça e sua orientação sexual para habitar e transformar seu território. Vale ressaltar que as lutas feminista e antirracista também não são novidades no contexto de luta brasileiros, inclusive, durante todo o processo da Constituinte, movimentos sociais ligados aos temas também realizaram importantes lutas dentro dessas categoriais. O que pudemos notar é que as pautas ditas identitárias (ou relacionadas ao “corpo”, segundo David Harvey e “de justiça por reconhecimento”, segundo Nancy Fraser) são vistas de outra forma pelos jovens hoje, levando tais categorias para se pensar incontáveis aspectos da realidade social contemporânea.

Consideramos então que a forma de fazer política mudou, os movimentos sociais mudaram e diversas ações autônomas foram surgindo ao longo do tempo, e o jovem hoje aparenta ter uma atuação mais orgânica, horizontal e multifocal. Dessa forma, a pesquisa passa a partir do pressuposto que o contexto brasileiro que formou as lideranças militantes da CMP é bastante diferente do contexto atual e dos desafios nos quais a juventude enfrenta para se organizar, tanto no ponto de vista das pautas relevantes quanto sua organização dentro do próprio movimento. As lideranças mais velhas se formaram em um contexto de movimentos urbanos focados na luta por direitos e na pedagogia baseada na teologia da libertação (bastante presente na formação dos movimentos populares urbanos), enfrentando o governo autoritário da ditadura, quando não havia democracia e na participação do movimento da Constituinte que culminou mais tarde na conquista do Estatuto da Cidade. Desde a redemocratização brasileira, o Brasil avançou nas conquistas por direitos, garantindo espaços de participação dentro do Estado, o direito à saúde universal (SUS), o acesso às universidades públicas com ações afirmativas como as cotas, ProUni e FIES, moradia com o Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros.

Os jovens, por outro lado, se formam em um contexto de neoliberalismo, com as novidades das redes virtuais e digitais, de conquistas maduras e contundentes dentro do espectro feminista, de crise climática acentuada, de avanços dos direitos LGBTQIAP+, de crise mundial da democracia, declínio da saúde mental, entre outros aspectos em que o medo do futuro permeia a experiência da vida, um contexto que, por mais que tenha trazido conquistas, o futuro se demonstra tão instável quanto improvável. O contexto jovem é de precarização do

trabalho e pouca perspectiva da estabilidade financeira, com políticas públicas que não garantem nem mais a possibilidade de se aposentar.

Assim, passamos a notar que a diferença geracional passa a ser uma das razões nas quais as lideranças históricas mais velhas tendem a enxergar os jovens com pouca ação de mobilização social. Começando pela compreensão do contexto histórico e socioespacial brasileiro e mundial, passamos a levar em conta então que as novas gerações encontram um mundo diferente e, portanto, criam sua própria maneira de responder aos novos desafios impostos que, tantas vezes, são diferentes das formas em que as lideranças históricas mais velhas costumam responder.

Foi a partir do empírico que avaliamos como uma possível divergência geracional nesses aspectos citados acima, por conta de as lideranças mais velhas terem a questão de classe mais enraizada em seus discursos e uma crença maior por questões ligadas ao Estado.

A partir dessas reflexões montamos um roteiro de entrevista a ser aplicada a jovens participantes do Projeto de Extensão Territórios Populares Insurgentes que visava aprofundar três aspectos gerais: (a) a trajetória dos jovens até chegar aos espaços de mobilização social e as principais pautas que consideram relevante; (b) a percepção dos jovens sobre a importância do Estado para garantias de direitos; (c) a relação dos jovens com as lideranças. Como a ideia era trazer aproximações e divergências entre jovens e lideranças históricas mais velhas, outro questionário foi aplicado para esse público, aprofundando também três aspectos: (a) trajetória histórica até chegar no momento atual de atuação dentro dos movimentos sociais; (b) como a liderança enxerga o movimento social em que atua hoje; (c) as percepções sobre a juventude.

As entrevistas de profundidade foram realizadas com quatro jovens entre 17 e 33 anos e uma liderança organizada nos movimentos populares organizados dentro da CMP. Optamos por abordar jovens que participaram do projeto uma vez que a pesquisa buscava dar um retorno à questão das lideranças históricas de “onde estão os jovens hoje?” – questão essa que foi o fundamento dos dois anos de Projeto de Extensão Territórios Populares Insurgentes. Buscamos entrevistar os jovens que mais se engajaram nas atividades dos anos de projeto, bem como abordar diferentes faixas etárias e atuações, usando como base jovens que representavam a Zona Sul, o Centro e o território UFABC.

A ideia foi entender como foi o processo de organização desses jovens dentro dos movimentos sociais, tentando traçar uma linha do tempo da sua trajetória de luta, quais pautas os mobilizam, quais paixões e convicções que os mantêm organizados em busca de transformações sociais. Também buscamos compreender o que cada entrevistado entende como sendo os principais problemas atuais dentro do contexto urbano e suas principais leituras de como é possível mudar tal realidade.

Após as entrevistas, buscamos cruzar as reflexões dos entrevistados de diferentes gerações a fim de compreender a diferença que uma geração faz na compreensão de luta por direitos

e como isso pode se desdobrar dentro da organização dos movimentos populares hoje. Compreender as aproximações e divergências a partir de um recorte geracional pode nos auxiliar a responder por que existe uma sensação de que os jovens não estão engajados em se mobilizar.

## **ESBOÇANDO O UNIVERSO JOVEM**

Mas então afinal, onde estão os jovens hoje? Sabemos que tal pergunta é bastante desafiadora e assumimos aqui a limitação no âmbito do campo empírico, tendo o trabalho abordado um grupo de jovens específico, ou seja, jovens que foram indicados pela própria CMP a participar do Projeto de Extensão Territórios Populares Insurgentes. Dessa forma, afirmamos que não se busca aqui responder à pergunta de pesquisa de forma universal, ou seja, afirmando que todo o espectro de juventude está englobado nas reflexões. Sendo assim, a partir de toda a experiência vivenciada que resultou no presente trabalho tentaremos trazer um esboço de onde estão os jovens desse grupo específico.

Aqui talvez valha uma diferenciação dentro do próprio público abordado. Partimos do pressuposto de que falar de "juventude" hoje é falar de forma plural, ou seja, falar "das juventudes", uma vez que esse grupo se demonstra bastante heterogêneo dada as diversas formas de se experienciar a condição juvenil. Foi possível notar que os jovens abordados se dividem em duas formas de se organizar coletivamente e, aproveitando o recorte do primeiro ano do Projeto Territórios Populares Insurgentes, pontuamos uma diferença a partir do recorte socioespacial de jovens militantes dos movimentos de luta por moradia do Centro de São Paulo e de jovens militantes da Zona Sul da cidade.

Foi possível observar que os jovens representantes do Centro têm uma atuação quase que exclusiva ao movimento de moradia no qual participam, enquanto os jovens das periferias da Zona Sul apresentam uma tendência de se organizarem em diversos coletivos que representam pautas diversas. Mesmo com essa diferença no que tange espaços de atuação, o que aproxima esses jovens são as pautas mobilizadoras, ou seja, o campo empírico associado as respostas das entrevistas em profundidade demonstraram que há uma preocupação de articular sua experiência militante com as categorias ditas identitárias: raça, gênero e identidade LGBTQIAP+. Seja dentro do movimento de moradia, no grêmio estudantil, nos espaços de cultura periférica ou nos cursinhos populares, tais pautas irão atravessar seus discursos em busca de reconhecimento e busca de reafirmação de identidade e luta pelo fim das opressões e preconceitos experienciadas por esses grupos. Os jovens também apresentam uma abordagem de valorização territorial, ou seja, sua atuação está voltada para ações que, além de reafirmar as riquezas territoriais, seja de cultura, infraestrutura (nesse caso notamos que há maior referência no discurso dos jovens do Centro), espaços de lazer e coletivos, também visam contribuições que melhorem a condição de vida dos seus espaços de convivência.

Quando buscamos nas entrevistas em profundidade algum tipo de aproximação em relação ao tema “classe”, uma vez que durante a experiência empírica do projeto de extensão tal tema não apareceu de forma direta, observamos que, no discurso, os jovens incorporam pautas ligadas à classe e a abordam dentro de um pensamento interseccional, ou seja, articulando a questão de classe às questões de gênero, raça e identidades LGBTQIAP+. Para esses jovens a classe está presente em suas leituras e interpretações sobre o mundo em que vivem, seja para questionar a dinâmica capitalista de exploração de indivíduos por indivíduos seja para compreender a sua condição enquanto jovens periféricos e que lutam para garantia de direitos e maior igualdade social. A questão de classe então é mais voltada para uma condição social de ausências e que deve ser vista a partir da intersecção com outras categorias, como gênero e raça, ou seja, a classe não aparece para os jovens como uma categoria organizativa nos moldes que tivemos no passado do contexto brasileiro como organizações de categorias laborais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ou os diversos sindicatos organizados. A classe vai aparecer enquanto crítica ao processo voraz de precarização do trabalho, a falta de garantia de direitos provenientes do Estado ou a dinâmica centro-periferia de segregação socioespacial. O grupo juvenil abordado afirmou também um sentimento de dificuldade de articular as questões de classe de forma mais direta, como por exemplo, levantar bandeiras “anticapitalistas”, que identificaram como uma pauta de difícil abordagem para atrair novos militantes para os coletivos ou movimentos sociais. A classe então acaba tendo maior aderência quando pensadas ligadas à uma condição de “juventude periférica”.

Passando para as formas de mobilização, também pudemos notar que os jovens hoje buscam espaços em que haja ações de conscientização coletiva, ou seja, espaços de troca de experiências e de formação cidadã que podem abordar pautas diversas: cultura, feminismo, racismo e valorização da negritude, jornalismo e informação, justiça LGBTQIAP+, consciência de classe, luta por moradia, etc. A partir desses espaços de troca, que alguns jovens colocaram nos termos de “trabalho de base”, mesmo esse conceito sendo complexo de abordar dentro do espectro do campo progressista hoje, os jovens acreditam que essa seja a melhor forma de atuação hoje em busca de maior justiça social.

Vale ressaltar a *internet* e as redes sociais como uma das principais ferramentas de busca de informação e de disseminação de ideias. Hoje os jovens estão sempre conectados, recebem e repassam informações em uma velocidade nunca vista antes, tendo as redes digitais como algo primordial à vida cotidiana deles.

Quando tratamos sobre o Estado, a posição dos jovens hoje está mais focada em um discurso de ineficiência dos espaços participativos estatais, portanto buscam esforços em ações focalizadas no território e acreditam que o Estado é uma instância na qual deve-se recorrer na forma de pressão para direitos universais, sendo este o que deve prover e garantir saúde, educação, moradia, equipamentos de lazer e assistência social, etc.

Ao compreender o universo juvenil descrito acima, buscamos na bibliografia teorias que nos auxiliariam em ferramentas analíticas que abarcassem um corpo teórico de uma análise informada a partir de um campo empírico.

Ao longo da pesquisa, foi possível notar no discurso dos jovens uma valorização territorial a partir de suas práticas de atuação. Se o projeto se propôs a fazer um “intercâmbio de saberes entre território”, os jovens na condição periférica, com maior participação dos jovens da periferia da Zona Sul da cidade de São Paulo, apontaram uma diversidade de coletivos e atuações culturais que visavam uma valorização territorial e uma experiência enriquecida do contexto em que vivem, buscando ressaltar a potência do território vivido ao mesmo tempo em que atuam em melhorar a sua condição de vida nos espaços onde o Estado não chega. Da mesma forma, os jovens moradores da região central da cidade, ligados aos movimentos de luta por moradia que carregam em sua atuação uma luta de resistência contra todos os preconceitos da sociedade, demonstraram como a atuação coletiva é importante para a melhoria da experiência vivida dentro de um contexto de ocupação de edifícios ociosos do Centro de São Paulo.

Assim, foi possível perceber que hoje não se pode mais falar que para esses jovens “crescer na vida” nos moldes dos ganhos financeiros para alcançar outro patamar social implica em sair de seus territórios de origem, mas, sim, transformar o seu contexto para que todo o coletivo possa desfrutar de melhores condições de vida.

Com isso, se fez necessário compreender o Território de uma forma mais ampla.

Rogério Haesbaert (2007) é um dentre tantos autores que traz a ideia de território para além de um espaço geográfico. Segundo o autor, território nasce com dupla conotação, material e simbólica, tendo a ver com dominação, em que por um lado tem os que “são impedidos de entrar” e por outro os que têm o “privilegio de plenamente usufruí-lo”, concluindo assim que território tem relação com poder, não apenas o “poder político”, mas também de dominação e apropriação no sentido de Lefebvre, com a diferenciação de valor de uso e valor de troca, sendo o primeiro ligado a um processo mais simbólica do que é “vivido”, enquanto o segundo é vinculado à funcionalidade do espaço. Ao contrário da visão hegemônica do Estado territorial moderno, na qual se vê o território como “unifuncional”, a dominação se sobrepõe à apropriação (e esse seja visto pelo valor de mercadoria), uma leitura mais complexa de território traz sua face de múltiplo, “imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2007, p. 21). Para o autor, a análise de território deve sempre levar em conta a historicidade do território e suas variações a partir de um contexto histórico e geográfico, bem como suas articulações dentro das diversas fases do capitalismo.

Haesbaert (2007) articula suas ideias de território com a noção de territorialidade, uma vez que, segundo o autor, a realidade contemporânea forçou uma visão “mais idealista” de território, indo além da sua dimensão meramente material. O autor refuta a ideia de

territorialidade como algo simplesmente ligada à dimensão simbólico-cultural do território a partir de uma leitura de identificação territorial. Para ele, territorialidade vai além de algo meramente abstrato, sendo possível trazer o conceito em forma de estratégia político-cultural mesmo quando não há um território em termos concreto.

Conforme pontuamos anteriormente, o nosso conceitual empírico que o presente trabalho abarca, trouxe-nos um atravessamento do discurso juvenil sobre questões de raça, gênero e pautas LGBTQIAP+. Para nos auxiliar na compreensão de como tais questões se materializam dentro das teorias do conceito de territórios, optamos por abordar o conceito de “corpo-território” que vem sendo discutido ao longo dos últimos anos dentro da Geografia Humana.

Haesbaert (2020) resgata a importância das leituras decoloniais sobre território a partir do entendimento de que território na América Latina é frequentemente abordado com as identidades, uso de luta e transformação social dos movimentos sociais. Para complementar sua vasta pesquisa sobre o tema, Haesbaert (2020) faz um esforço em explicar o conceito de corpo-território no que chama de “um jogo com o que proponho chamar de ‘território-corpo’” (Haesbaert, 2020, p. 76). O autor se baseia na episteme de “colonialidade do poder” de Quijano (1992, 2010), afirmando que o sul-global é marcado por uma herança escravista e patriarcal que marcam violências históricas de classe, raça e gênero. Assim, afirma buscar de forma epistemológica dar voz aos que chama de “invisibilizados”, ou seja, grupos subalternos que fazem uso do território como r-existência (tomando a expressão de Porto-Gonçalves).

Observando uma lacuna histórica dentro da Geografia e das Ciências Sociais e um preenchimento que se dissipou ao longo das últimas décadas, Haesbaert (2020) busca a compreensão da espacialidade/espacialização do corpo a partir de discussões sobre gênero dentro dos movimentos feministas e das mulheres indígenas. No seu levantamento, afirma que “o corpo não pode ser tratado de modo neutro e universal, pois tem raça, sexualidade e gênero – além, é claro, de idade (faixa geracional) e classe socioeconômica” (Haesbaert, 2020, p. 77). Ao articular diversos autores que tratam a questão do corpo como central na disputa de poder, afirma que abordar o corpo como território é abordar o conceito em múltiplas escalas, privilegiando a escala mais micro e íntima que é o corpo, ou seja, o corpo como “primeiro território de luta”. Trata, assim, que o corpo feminino (no qual dá mais ênfase em seu texto) e de outros grupos são o foco de diversas escalas de opressão, mas também de resistências.

Observamos que a experiência dos jovens abordados com sua experiência no contexto de luta na cidade enquanto corpos inseridos “na diferença normativa”, ou seja, em uma perspectiva de gênero, raça e identificação LGBTQIAP+, uma vez que a condição de ser o que são é uma condição de disputa de poder dentro do contexto urbano e que se materializa em suas lutas socioespaciais e socioterritoriais. Para esses jovens, chegou um momento em que não dá mais para dissociar o corpo da luta, buscando abordagens que sejam ao mesmo tempo, interseccionais e de disputa territorial.

## O FAZER POLÍTICO DAS LIDERANÇAS HISTÓRICAS MAIS VELHAS

Tomando a publicação de 1988 de Eder Sader “Quando novos personagens entraram em cena: experiências dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980”, buscamos entender que contexto as lideranças históricas mais velhas se formaram, bem como as características que culminaram nesse novo sujeito político que passa a carregar particularidades discursivas e práticas que disputaram a cena pública e política da época.

Dentro do recorte histórico de Sader (1988) – entre os anos de 1970 e 1980 – o autor contextualiza os movimentos populares a partir de suas crises, principalmente das instituições da Igreja, das esquerdas e do sindicalismo, onde o sujeito individual, mesmo com suas práticas coletivas, não encontra nessas instituições um centro aglutinador e gerador de universalidade definida por uma organização determinada. Assim, Sader passa a examinar esses novos sujeitos a partir do seu cotidiano popular.

Ao examinar os novos sujeitos a partir de seu cotidiano popular, Sader (1988) joga luz à nova configuração do urbano da cidade de São Paulo, marcada pelo seu processo de industrialização e grande fluxo de migrantes saindo do contexto rural para o contexto urbano em busca de oportunidades para melhoria da qualidade de vida. Apontando como marco histórico o período entre 1978 e 1985 no qual ocorreram as greves do ABC e a transição do regime militar para o regime civil, ressalta os diversos grupos populares que começaram a reivindicar direitos “a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos” (Sader, 1988, p. 26). Assim, foi possível observar como os movimentos sociais passaram à revalorização das práticas do cotidiano antes ofuscadas pelas modalidades dominantes de representação.

O que chama a atenção nessa análise de Sader é a movimentação do pêndulo tanto no campo teórico quanto no campo das experiências vividas das estruturas organizativas das classes populares, ocorrendo uma valorização do território vivido e o cotidiano dos indivíduos. Ao associar as instituições em crise com uma busca de autonomia pelos sujeitos sociais em relação à política institucionalizada, o autor joga luz à falta de representatividade de tais instituições e uma urgência das classes populares em resolverem as suas questões ligadas à vida cotidiana, ou seja, problemas mais imediatos.

A pesquisa de Sader (1988) não aborda os anos do processo da Constituinte brasileira que se desdobrou na nossa atual Constituição Federal de 1988. Avaliamos que tal processo também é de suma importância para a formação e forma de experiência coletiva das lideranças dos movimentos sociais que ainda atuam nos dias de hoje.

A Constituição Brasileira foi promulgada em 1988 após um processo de intenso incentivo à participação popular, seja via movimentos sociais seja por canais abertos para qualquer civil brasileiro para sugestões para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Após o obscuro período da ditadura militar, em 27 de novembro de 1985 é aprovada na Câmara e no Senado uma emenda que definia a Constituinte de natureza congressional. Essa conquista trouxe

desdobramentos dentro dos movimentos sociais, uma vez que abria uma janela participativa para que suas reivindicações, antes sufocadas pelo regime ditatorial, fossem colocadas em pauta e em disputa visando a universalidade prevista em lei. O processo da Constituinte teve atuação constante e insistente de diversos movimentos sociais. Tal participação garantiu que a Constituição promulgada e que voga até os dias de hoje, tivesse em sua essência a democracia, a cidadania e os direitos humanos.

É graças a esse processo participativo popular que na nossa Constituição atual aparecem conquistas de direitos sociais relacionados a relações de trabalho, acesso à saúde, seguridade social e a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado brasileiro. Temos aqui então, mais um elemento fundamental da formação das lideranças históricas atuantes dos movimentos sociais hoje. A necessidade concreta de confronto com outras classes de interesse para a fundação de um capítulo democrático brasileiro faz parte da formação dessas lideranças e não podemos deixar de considerar que esse envolvimento com o Estado está enraizado em suas narrativas enquanto sujeitos coletivos.

Por fim, também acreditamos que um marco para os movimentos sociais foi a eleição de uma liderança sindical dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo – Luiz Inácio Lula da Silva junto com o Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002. Foi a partir da eleição do primeiro partido progressista pós-redemocratização que o país viu implementar diversos programas sociais de inclusão e redução das desigualdades sociais. Foram programas que passaram a incluir faixas de renda mais baixas em programas habitacionais, educação e incentivo de inclusão a partir do consumo.

Associado a esse contexto e a partir da experiência com lideranças históricas mais velhas durante o Projeto de Extensão Territórios Populares Insurgentes, bem como uma entrevista em profundidade com uma liderança histórica da CMP, iremos abordar alguns elementos de suas trajetórias que refletem em suas interpretações e decisões estratégicas de luta dentro dos movimentos populares hoje.

Pudemos notar que as décadas vividas de disputas militantes em uma perspectiva política que data desde os anos 1980, os grupos organizados experienciaram um Brasil que trazia uma diversidade de frentes de luta, desde a organização das favelas, passando pelo clube das mães, até organizações feministas, como a histórica Sempre Viva Organização Feminista (SOF).

Notamos em suas narrativas que, ao longo dos anos de experiência em movimentos sociais as organizações dos movimentos estavam voltadas a ações de pressão junto a instâncias do Estado, seja a nível municipal, estadual seja federal. Ao longo das décadas, os movimentos foram se modificando na ordem de qual instância institucional que os movimentos tinham maior interlocução. De forma a resumir as diferenças históricas vividas ao longo das décadas de atuação, podemos resumir tais diferenças a partir dessa relação interescolar estatal: nos anos 1980, ano em que a CMP ainda não havia sido criada, as manifestações eram focadas no âmbito municipal; nos anos 1990, com crises econômicas constantes, as mobilizações

eram focadas em pautas do contexto rural brasileiro e no campo da moradia, em que as pressões eram dadas no âmbito federal; já nos anos 2000, as articulações passaram a ser mais locais, mas que podiam ocorrer pressões no âmbito federal – dessa forma os movimentos passam de pautas locais para agendas nacionais e até internacionais.

Também notamos uma ponderação de que os movimentos sociais devem estar ao mesmo tempo junto ao Estado, quando este apresenta uma conjuntura favorável para tanto, como foi o caso dos primeiros anos do governo Lula, entre 2002 e 2010, quanto uma postura de pressão para garantia de direitos. Trazido isso, observamos como a visão da relação com o Estado parece central para as lideranças históricas mais velhas – colocando a pressão por garantia de direitos como o fundamento principal dos movimentos, tendo mudança de pressão de instâncias institucionais como algo estratégico.

## **ENCONTROS E DESENCONTROS DAS NARRATIVAS DE JOVENS E LIDERANÇAS MAIS VELHAS**

Nesta seção buscamos refletir sobre os encontros e desencontros que observamos nas narrativas dos jovens e lideranças históricas mais velhas, buscando não só justificar um possível desencontro geracional que possa englobar a forma de fazer política, as principais pautas mobilizadoras e a forma como as diferentes gerações veem o Estado, mas também ressaltar onde as narrativas se encontram e podem convergir.

Os apontamentos referentes a esses encontros e desencontros são resultado da associação da experiência do campo empírico, bem como as percepções levantadas nas entrevistas em profundidade que foram apontadas acima.

Para se trazer de forma mais didática, iremos abrir duas subseções: uma que irá abordar os encontros e outra os desencontros entre os jovens e lideranças históricas mais velhas.

### **DESENCONTROS DAS NARRATIVAS ENTRE JOVENS E LIDERANÇAS HISTÓRICAS MAIS VELHAS**

Conforme foi possível notar ao longo da pesquisa de mestrado, os jovens trouxeram uma crítica ao que chamaram de “sociedade adultocêntrica”, no sentido de que, para muitos jovens, dois fatores são vistos como dificuldade no diálogo entre diferentes gerações: a linguagem, que para eles muitas vezes tende a ser de difícil compreensão; e a sensação de que o público das lideranças históricas muitas vezes os vê como imaturos ou incapazes de realizar certas elaborações políticas. Os jovens tendem a não se interessar por formatos organizacionais verticalizados, em que a fala é unilateral, ou seja, espaços onde há pouca troca e uma cobrança maior de que os jovens escutem os mais velhos sem que possam propor diálogos que mais os interessam. Os jovens demonstraram um interesse maior por espaços horizontais de diálogo com troca de experiências e uma valorização na busca e disseminação de informação fazendo uso de redes sociais digitais.

Os jovens também pontuaram que, em suas palavras, há uma “briga de ego”, em que muitas lideranças têm medo de perder o protagonismo para um jovem. Além disso, também houve relatos de desencanto com lideranças que se tornaram mais conservadoras, tendo um exemplo até de rompimento com movimentos sociais quando lideranças se demonstraram racistas, mesmo o jovem tendo confrontado tal postura. Em contrapartida a essa pontuação dos jovens, o que podemos notar na fala de uma liderança histórica mais velha, é de que ele, enquanto militante histórico, busca observar a atuação dos mais jovens sem realizar intervenções que possam vir no sentido de tirar o protagonismo jovem nos espaços em que esses dominam. Também podemos resgatar aqui uma outra fala de uma liderança mais velha que registramos durante o primeiro ano do processo do Projeto de Extensão Territórios Populares Insurgentes, convidando os jovens participantes daquele encontro a ocuparem os espaços físicos da sede da CMP, dando exemplo de realização de atividades como saraus e rodas de samba.

Vale ressaltar que todos os jovens demonstraram acreditar que a junção da experiência dos mais velhos com a experiência do viver juvenil hoje pode trazer importantes laços que potencializariam a atuação dos movimentos sociais. Porém, também foi possível notar que para muitos jovens há uma sensação de dificuldade em as lideranças olharem para eles de igual para igual, ou seja, como indivíduos dedicados às transformações sociais e capazes de pensar em pautas, abordagens e formas de atuação que acreditam que hoje podem ser mais eficientes.

É nesse momento que talvez possamos pontuar certo desencontro com as lideranças mais velhas: em seu discurso, esses incentivam a atuação dos jovens, porém na busca em não interferir no chamado “protagonismo jovem”, acabam gerando uma sensação de distanciamento. Conforme vimos na fala da liderança entrevistada em profundidade, ele busca estar perto da atuação, sendo até chamado de “padrinho” em certos coletivos jovens. Sabemos que existe um esforço de estar perto, mas aqui podemos questionar: como as lideranças buscam atuar conjuntamente aos jovens, sem tirar seu protagonismo ao mesmo tempo em que abram espaço para escuta daquilo que é importante para eles hoje? Mesmo com a CMP, buscando garantir pelo menos 30% das cadeiras nos espaços de tomada de decisão, a liderança assume que isso ainda não foi implementado, sendo garantido hoje os 50% de cadeiras para as mulheres.

A relação com o Estado também se desdobra aqui nas diferenças, visto que, para as lideranças mais velhas, a articulação em instâncias superiores do Estado é dada por momentos históricos, tendo uma postura de total oposição a governos conservadores e aproveitando as oportunidades de abertura em governos mais progressistas. Já os jovens apresentam mais descrença e apatia com as instâncias estatais, mas em comum têm a percepção de que são necessárias ações de pressão da população com o Estado para garantia de direitos. Conforme citamos anteriormente, a visão da relação com o Estado parece central para as lideranças históricas mais velhas – colocando a pressão por garantia de direitos como o fundamento

principal dos movimentos, tendo mudança de pressão de instâncias institucionais como algo estratégico, ou seja, a conjuntura parece ditar quando o movimento deve estar “com” o Estado, “sem” o Estado ou “contra” o Estado, mas sempre o colocando como instância máxima responsável pela garantia da universalidade da igualdade social. Enquanto isso, os jovens demonstraram que sua atuação está mais voltada a dinâmicas e melhorias cotidianas, que englobem a realidade imediata em que vivem. Isso não significa que eles não deem importância à atuação do Estado, bem como seus representantes nas diversas instâncias. Os jovens, em geral, de fato demonstraram, assim como as lideranças mais velhas, que o Estado deve ser o provedor último de justiça social, porém dedicam sua atuação política em outros espaços que não necessariamente envolvem ações de pressão ou de articulação em espaços institucionais.

### ENCONTROS DAS NARRATIVAS ENTRE JOVENS E LIDERANÇAS HISTÓRICAS MAIS VELHAS

Da mesma forma que as lideranças históricas mais velhas que vêm atuando em movimentos sociais desde meados dos anos 1980 encontram uma dificuldade em entender onde estão os jovens hoje, os próprios jovens que abordamos no presente trabalho também demonstraram que há divergências entre eles e gerações ainda mais novas. Trazendo um resgate à entrevista de um jovem de 27 anos na época, este afirma que sente que jovens na faixa entre 20 e 23 anos, ou seja, ainda mais novos que o entrevistado, têm tido pouco engajamento no movimento organizado, mas que há um interesse maior em formas independentes de abordar pautas ditas identitárias, porém essas sempre se encerram no próprio contexto daqueles jovens sem se desdobrar em um grupo massificado e forte. O jovem acredita que o motivo para isso é que os indivíduos chegam nessa fase da vida já cansados e exaustos devido ao excesso de informação que recebem desde cedo, a militância que vem criando forças nas redes sociais e a preocupação em se estar o tempo todo criando e consumindo conteúdo. No mesmo sentido, uma outra entrevistada demonstrou dificuldades na sua experiência em organizar jovens ligados ao movimento de moradia em que atua, afirmando que mobilizar as faixas etárias mais novas também tem sido um trabalho mais complexo.

Todos os jovens pontuaram que sentem uma grande admiração pelas lideranças mais velhas, dando uma real importância a suas histórias de luta e compreendendo que, a partir dos anos de experiência e atuação, essas lideranças têm muito o que ensinar.

Pudemos notar que, nas falas da liderança mais velha, esta entende que hoje, a partir do seu contato com jovens e coletivos formados por eles, o que mais demarca os jovens é a busca de afirmação identitária, de identidade periférica, de raça, de gênero. Dessa forma, isso vai de encontro com o que identificamos ao longo da pesquisa na compreensão sobre as principais pautas que mobilizam os jovens hoje. Mesmo assim, foi possível notar nas entrevistas com os jovens que eles identificam uma dificuldade dos movimentos populares em articularem essas pautas, sendo necessária a atuação em coletivos mais independentes. O que pode nos levar a um questionamento: qual a dificuldade dos movimentos populares hoje em incorporar

de forma interseccional as pautas ditas identitárias? Sendo justos, sabemos que a pauta das mulheres avançou bastante, mas para os jovens, gênero, raça, classe e identidade LGBTQIAP+ devem caminhar juntas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acreditamos que o desencontro geracional não se dá propriamente dito por diferenças profundas. De fato, há maiores atuações em rede dos jovens e eles não abrem mão de uma perspectiva do corpo como a escala menor e inicial de articulação de suas lutas. É importante e potente observar como a luta para esses jovens está enraizada na consciência de que seus corpos carregam força para lutar contra os preconceitos de uma sociedade patriarcal e de racismo estrutural, condição essa cada vez mais agravada dentro de um contexto de neoliberalismo que se desdobra dentro das cidades que segregam o espaço e a sociedade e cria cada vez mais indivíduos individualistas que não conseguem ver além dos próprios problemas e que buscam melhorias imediatas, não acreditando que um processo maior de justiça social se dá a passos lentos, mas, quando acontecem, devem ser para todos.

O trabalho se propôs a esboçar o universo dos jovens e, trazendo aproximações e distanciamentos em relação às lideranças históricas mais velhas, sendo possível assim notar como existem espaços e vontades das diferentes gerações em construir uma agenda conjunta, unindo a experiência daqueles que vivem a militância a mais tempo com aqueles que estão vivendo de forma intensa as mudanças históricas e socioespaciais do capitalismo e sua face nociva do neoliberalismo.

As mudanças dos períodos históricos acarretam em novos problemas a serem enfrentados e novos personagens sociais de resistência entram em cena. Ao mesmo tempo, existem lutas históricas que não foram esgotadas e com elas, personagens e lideranças históricas que carregam toda a experiência desses anos de luta. Portanto, abordar conjuntamente todas essas vivências militantes pode ser uma forma potente de aprendizagem mútua, trazendo o melhor de cada geração. O que sabemos é que, no final das contas, todos estão lutando por perspectivas de horizontes emancipatórios nos quais todos possam experimentar uma vida com maior justiça social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRASER, Nancy. **Justiça Interrompida: Reflexões críticas sobre a condição "Pós-socialista"**. São Paulo: Editora Boitempo, 2022

GOHN, Maria da Glória. "500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor." **Mediações-Revista de Ciências Sociais**. Londrina. Vol. 5, N. 1: p. 11-40, 2000.

GOHN, Maria da Glória. "Desafios dos Movimentos Sociais hoje". **SER social**, Brasília, v.15, n. 22, p.261-384. Jul./dez. 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOHN, Maria da Glória. "Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências na Atualidade". **Reunião Científica Regional da ANPED**. Curitiba, pp. 1-12. Jul. 2015,

HAESBAERT, Rogério. "Território e Multiterritorialidade: um debate". **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, pp. 19-46, 2007.

HAESBAERT, Rogério. "Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais". **GEOgraphia**, vol. 22, n. 48, 2020.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2014

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.